



**“AGUYJEVETE PARA QUEM LUTA”:** Movimento político de retomada dos povos Guarani-Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul

**“AGUYJEVETE FOR WHO FIGHT”:** Political movement to retake the Guarani-Kaiowá peoples of the state of Mato Grosso do Sul.

**Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa**  
**Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma caminhada histórica de resistência e de luta, de um povo originário, referente aos indígenas Kaiowá, que violado no tempo e no espaço buscaram como instrumento estratégico de luta, o *Aty guasu* (Grande Assembleia), para mobilizar-se contra a dominação neocolonial, através do fortalecimento do modo de ser e de viver Kaiowá, e estando fundamentado o retorno e reocupação do território sagrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Aty guasu*. Modo de ser e de viver Kaiowa. Território sagrado.

### ABSTRACT

The present article aims to present a historical journey of resistance and struggle, of an original people, referring to the Kaiowá natives, who in time and space violently sought the *Aty guasu* (Great Assembly) as a strategic tool for struggle against neo-colonial domination, through the strengthening of Kaiowá's way of life and life, and the return and reoccupation of the sacred territory.

**KEYWORDS:** *Aty guasu*. Way of being and living Kaiowa. Sacred territory.

## 1 INTRODUÇÃO

Em reflexão a construção do território a partir da trajetória de resistência dos povos Guarani-Kaiowá, do qual está fundamentada pela retomada territorial através do *Aty Guasu* (Grande Assembleia) enquanto forma de articulação. E para tal, nos serviremos de três conceitos utilizados pelo João Pacheco de Oliveira: territorialização, etnicidade e diacrítico, que sobre uma perspectiva de método bibliográfico tem por objetivo nos guiar para esta formação estratégica de luta, visando o início desse histórico movimento, a valorização cultural e a resistência em especial dos Kaiowá, grupo indígena em abordagem.

Pertencente ao tronco linguístico tupi-guarani, os Guarani, subdivididos em três parcialidades, são nomeados de: Kaiowá, Nãdeva ou Guarani e Mbyá. Mas conforme as



fontes literárias podemos identificar outras variadas nomenclaturas. Segundo a Alexandra Barbosa da Silva (2007), estes indígenas, nos últimos séculos estiveram distribuídos geograficamente pelo Paraguai Oriental, no nordeste da Argentina, no Mato Grosso do Sul, e na região sul e sudeste do Brasil.

Conforme argumenta a Aline Crespe (2015), intensas foram as gradativas colonizações no Mato Grosso do Sul, isto é, dos múltiplos processos de colonização em escalas temporais do qual implicara em grandes desdobramentos para estes povos indígenas. Entre outras consequências, houve as remoções brutais das famílias indígenas de suas terras originárias para os pequenos espaços *territorializados* pela política de aldeamento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre os anos de 1915 a 1928. Sendo que estavam aliados aos interesses particulares dos colonizadores, e desconheciam as específicas organizações sócio-políticas indígenas.

As oito áreas reservadas, atualmente com exceção da Porto Lindo<sup>1</sup>, (Amambai, Dourados, Limão Verde, Sassaró, Caarapó, Pirajuí e Taquaperi) apresentam o problema de densidade demográfica em relação à superfície da terra, contudo:

nessa perspectiva, não era necessário garantir aos indígenas grandes extensões de terra, apenas reservar locais onde pudessem ser convertidos em trabalhadores agrícolas. Nos locais onde, na visão do Estado, havia terras reservadas em excesso para a população indígena, as terras foram sendo gradativamente reduzidas e os indígenas confinados em pequenas áreas, tendo alguns, inclusive, recebido títulos individuais, negando a forma coletiva de ocupação e consequentemente sua sobrevivência cultural (BRIGHENTI, 2010: 179-180).

Todavia, constata-se que o pensamento principal do SPI ao provocar as reduções e o confinamento dos povos indígenas nas pequenas faixas territoriais juntamente com as parentelas de outras etnias que também haviam sido expropriadas e expulsas de seus assentamentos, foi de transformar os índios em

futuros trabalhadores nacionais, expressa o lugar a eles reservado na estrutura de classes da sociedade brasileira no início do século XX: necessariamente deveriam abandonar suas práticas culturais para assumir a condição de trabalhadores nacionais, no interior da cultura nacional, considerada mais evoluída (PEREIRA, 2012: 125).

Ao referenciar Egon Schaden durante o seu trabalho de campo na Reserva Indígena (R.I) de Amambai, município de Amambai - MS, o antropólogo Levi Pereira (2014) argumenta que as reações dos Kaiowá vistas pelo o Egon, perante as transferências eram

---

<sup>1</sup> Segundo as considerações dos autores Rosa S.Colman e Antonio J. Brand (2008: 07) em seu trabalho, “os residentes da Reserva de Porto Lindo não suportavam mais tamanho número populacional e isto se reflete na ampliação da reserva que significa a retomada de Yvy Katu” da qual foi concluída em 2003.



comportamentos de oposição pois não aceitavam imposição dessa nova estrutura, tendo que conviver com parentelas de outras etnias, como aconteceu na maioria das reservas criadas pelo SPI.

No entanto, de acordo com a Alexandra Barbosa Silva (2007), apesar desta ação de confinamento promovido pelo SPI ao transferi-los para as reservas, os indígenas não se tornaram estáticos, pelo contrário, adaptaram-se diante dessa nova realidade histórica e mantiveram seus movimentos de circulação na tentativa de retornar aos seus assentamentos e continuando a realizar seus rituais.

Conforme o autor Levi Pereira (2007, 2014), é inevitável não retratar os impactos, sabemos que houve adaptações, porém, a perda da terra representou o “desmantelamento” da organização social dos Guarani, em face do impedimento de territorialidade<sup>2</sup>, e também da difícil condição de subsistência devido da ausência de espaços para se realizar agricultura decorrente da sobrelotação. E diante de tal circunstâncias, sem meios de adquirir os recursos dentro da própria reserva, principalmente os jovens indígenas em particular, a sentir necessidade de dispor de uma renda, e buscam trabalhos remunerados fora da reserva: nas usinas de produção de açúcar e de álcool e até mesmo na cidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Ao utilizarmos a concepção de territorialidade podemos relacioná-la ao território, pois para o autor Paul Little (2002:03), “a territorialidade é um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu território.” No que toca a noção de territorialidade determinada pelos invasores ao expulsar os indígenas de seus assentamentos, era de exploração ao ambiente, e os impactos causados pela colonização que desdobraram-se neste confronto territorial em que atualmente os indígenas vivem em relação aos fazendeiros, em que gera em torno das discrepâncias de concepções territoriais, em que este segundo grupo social, conforme Aline Crespe (2015), argumentam que as reservas foram criadas para abrigar os índios, logo o lugar do índio não é em outro lugar, além da reserva.

---

<sup>2</sup> Segundo a definição de territorialidade abordada por Dominique Guillaud (1994 apud Silva, 2007), é através dessa área de terra que estes grupos podiam desenvolver suas peculiares organizações.



Sobrevivendo nos limites da terra, como apontado no artigo do antropólogo e liderança Guarani, Tonico Benites publicado na coluna da *Carta Capital*<sup>3</sup> em 16 de setembro de 2015, os Guarani-Kaiowá, chegam a se abrigar em cabanas de lona a beira da estrada, resistindo a uma situação de miséria, dependência do governo, e até mesmo de insegurança em razão dos constantes ataques movidos por disputas territoriais, crimes praticados e/ou comandados pelos latifundiários para torturar os idosos, jovens, crianças e assassinar as lideranças, na tentativa de intimidar os demais, para que não houvesse novas retomadas.

Entretanto, mesmo cansados dessa situação penúria, os Kaiowá enquanto grupos bastante espirituais e resiliente diante da “dificuldade para colocar em prática suas condutas de territorialidade” (Crespe, 2015:172), continuam encontrando formas adaptativas para se mobilizar contra as profundas transformações históricas. Pois, não se trata apenas de terra, mas dos recursos socioculturais (Brand et al., 2005). Observemos a seguir, o trecho recortado de uma carta de rezadores (as) Guarani e Kaiowá que foi publicado inicialmente pelo CIMI<sup>4</sup> (Conselho Indigenista Missionário) em 28 de julho de 2013, mas atualmente como não se encontra disponível, fora localizado no blog *Acervo Racismo Ambiental*<sup>5</sup>, em que está sendo reivindicado o desejo pela demarcação territorial:

Queremos entrar na nossa terra e morrer nela. Nosso sonho é esse e não dá mais pra esperar. Nós temos o nosso jeito de viver, e de se organizar, de lidar com as coisas. Cada reza é para uma coisa: para ter uma plantação, para ter saúde, para não vir uma tempestade e destruir tudo. Temos rezas para eclipse do sol. Nós Tekoa'ruvixa fervemos casca de cedro para beber e rezar, e também para dar banho em crianças e jovens e curar. Para toda essa cultura continuar viva nós precisamos da terra. Essa cultura funciona com a terra. Não temos como viver assim na beira de uma estrada nem um canto de uma fazenda. Enquanto não tiver a terra, não tem como viver. Muitas pessoas brancas acham que o índio só *quer* terra. Mas a vida do índio *depende* da terra. Por estarem sem tekoha há muito tempo, muitos jovens já crescem sem saber o que é isso, tem um convívio traumatizado da vida. Então as vezes os jovens não querem saber sobre os rezadores porque não sabem mais o que é isso, porque estão longe da natureza, dos remédios, do benzimento, das matas. O nosso espaço é que fornece isso. [...] A terra é sobrevivência da nossa cultura, da nossa nação. Essas são as principais coisas. Isso não interessa para os brancos. Para os brancos isso não é nada.

Pensando na noção de *territorialização* do autor João Pacheco de Oliveira (1988) sobre a ótica da situação histórica, podemos afirmar que os acontecimentos que ocorreram a partir da política indígena de expropriação de seus assentamentos, fora um avançado regime

<sup>3</sup> Ver em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-ataques-a-indigenas-no-ms-na-visao-de-uma-lideranca-6848.html>>.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7048>> Acesso em 14 de dezembro de 2017 às 13:40hrs.

<sup>5</sup> Disponível em < <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/07/28/page/2/>>. Acesso em 14 de dezembro de 2017 às 14:11 hrs.



de territorialização, que através da intervenção política, os Kaiowá em particular, já que este é o foco em questão, foram submetidos a um meio organizacional.

E diante dessa complexidade sociocultural, os mesmos não se enquadraram apenas nessas reinterpretações, pelo contrário, estes buscaram inovações político-sócio-cultural a partir da vivência nas reservas e nos processos de luta pelo retorno ao *tekoha*, assim também como nos “processos de reelaboração da memória nas relações entre as famílias extensas com os antigos *tekoha guasu*” (Antunha Barbosa E Mura *apud* Tônico Benites, 2014:30). Apoiado pela afirmação de Fredrik Barth (2000), deve-se destacar que apesar da interferência estatal, estes, ainda partem do ponto de vista de seu conhecimento específico tradicional mais fundamentados nos acontecimentos atualmente experienciado e em convívio de outras etnias, e dos não-índios.

Por conseguinte, as famílias Guarani e Kaiowá, segundo Tônico Benites (2014) surgem articulados estrategicamente perante o processo neocolonialista, ocupando cargos antes somente ocupados por não indígenas, como a profissão de professor, agente de saúde, enfermeiro, e entre outros; enquanto aqueles que dispunham do papel de liderança política e religiosa levantavam as primeiras articulações de reocupação dos antigos territórios a partir de 1970, de onde foram expulsos.

O apoio dos mais velhos, também foi/é essencial, pois através de suas narrativas históricas, estes acionam a sua memória quanto a presença no *tekoha*, transmitem conhecimentos para as novas lideranças e contam das experiências em relação forma de pressão aplicada/ou as formas de convencimento dos brancos para que os indígenas saíssem de suas terras, conforme Benites (2014) explicita em sua tese.

Deve-se frisar, que apesar de estarem aliados pelo o mesmo propósito: reocupação territorial, os Guarani e Kaiowá, estruturaram uma organização “maleável”, em que estes, mesmo engajados no movimento, cada um ainda mantém o seu modo de ser (*ñande reko*), isto é, existe o reconhecimento étnico de ambos os grupos, lembrando os conceitos de *etnicidade* e os traços *diacrítico* do João Pacheco de Oliveira (1988).

É necessário também destacar a importância das famílias extensas (*tey’i*) neste momento de mobilização, em que movidos por um desejo de retornar às terras reivindicadas ao qual denominaram de *tekoharã*, apresentaram uma forte articulação em que se caracterizou

---

<sup>6</sup> Partindo da visão indígena, Tônico Benites (2014:186) destaca o conceito de *tekoha (guasu)*, como: “um espaço territorial de domínio específico de uma ou várias famílias extensas (*tey’i*) cada uma orientada por uma liderança (*tamōi*). O termo *teko* significa o modo de ser e viver guarani e kaiowá; o sufixo *ha* é indicador de lugar, de modo que o *tekoha* vem a ser o local, a área, o espaço geográfico de uso exclusivo de um ou mais *tey’i* (família extensa, grupo doméstico)”.



como um grande pilar para que esta organização política surgisse. “Além disso, essas lideranças e suas famílias extensas começaram a se reunir e se preparar, em seguida apresentando-se já articuladas nos *Aty Guasu*, solicitando apoio das lideranças” (BENITES, 2014:27).

Ainda de acordo com o Tônico Benites (2014), em 1980, o *Aty Guasu* (Grande Assembleia) obteve um grande destaque a partir das cooperações estabelecidas entre os líderes de cada família extensa (*tey’i*). Definido como um fórum, o *aty guasu* é formado por várias comunidades, e se reúnem periodicamente para discutir e determinar as questões necessárias para a luta e as táticas a serem utilizadas durante o retorno ao *tekoharã*<sup>7</sup> (terras reivindicadas).

Novamente segundo Benites (2014), além da realização e a “valorização dos grandes rituais religiosos”<sup>8</sup> (*jeroky<sup>9</sup> guasu*) que representa um método de resistência, e é promovido pela participação das lideranças espirituais (*ñanderu* e *ñandesy* na visão dos Kaiowá, e *oporoaía* para os Guarani) em todas reuniões para a realização dos cantos e das rezas com o objetivo de estabelecer a comunicação com os deuses (*jará*) e os espíritos irmãos, para que estes os protejam e os deem forças para resistir aos problemas e principalmente durante as retomadas, expressando dessa forma o conceito prático de *territorialização*. Logo, para Oliveira (2002:279):

a definição de um território é o momento essencial para que os indígenas se instituem como comunidades políticas, construam uma identidade coletiva singularizadora, estabeleçam modos de sociabilidade e selecionem elementos de cultura que qualificam como efetivamente ‘seus’.

As articulações organizadas para o regresso a área tradicional, ocupada muitas vezes por fazendeiros, era uma tomada de decisão consentida pelas famílias extensas, que foram retiradas de seus territórios e formaram o *Aty Guasu* no início de 1980 perdurando até os dias atuais. Para a Aline Crespe (2015), o retorno e conseqüentemente a permanência em suas antigas áreas, é sempre marcado por grandes dificuldades, devido as interferências dos fazendeiros ocupantes do espaço, acarretando em intensos conflitos territoriais.

<sup>7</sup>Conforme a argumentação da autora Aline Crespe (2015) a expressão *tekoharã* é utilizada pelos indígenas durante o retorno ao *tekoha*, após reocupar, a princípio este será um acampamento, devido o momento de instabilidade por conta da disputa territorial. Por isso os indígenas chamam este primeiro momento de *tekoharã* e depois *tekoha*.

<sup>8</sup>Expressão utilizada por Tônico Benites (2012) no artigo *Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu*.

<sup>9</sup>De acordo com o Tônico Benites (2012:169), “a expressão *Jeike* significa “entrar”, “ocupar”, “enfrentar” ou “afrentar”. E *Jey* tem o significado de “repetir”, “ativar novamente ou uma vez mais”.



Partindo novamente da argumentação de João Pacheco de Oliveira (1988), o *aty guasu* e o *jeroky* é a forma como estas etnias performatizam a territorialidade. O que por sua vez, para o Roberto Cardoso de Oliveira representa os elementos *diacríticos*, isto é, são essas representações que identificam o grupo ao passo em que os distingue em relação aos demais.

### 2.1 Movimento de Reocupação

Segundo Tônico Benites (2014), é um instrumento de luta para iniciar as estratégias de autodemarcação de suas terras originárias a partir da manifestação do modo de ser e viver indígena sendo conduzido pelas etnias Guarani e Kaiowá. Os papéis das lideranças, durante os encontros no *Aty Guasu* são primordiais para esse processo, pois os longos rituais religiosos representam uma estratégia de luta contra os ataques dos pistoleiros comandados pelos latifundiários, e, para que, portanto, a equipe de frente possa caminhar protegido para a reocupação do território.

Em sua tese, Benites (2014) cita vários trechos de narrativas, dentre eles, evidenciamos o relato da liderança Amilton Benites da Terra Indígena (T.I) *Takuaraty/Yvykuarusu*:

A nossa discussão central nesse *Aty Guasu* era para nos apoiarmos juntos e tomar uma decisão segura de recuperar os *tekoha*. Por isso, nesses *Aty Guasu* começamos a envolver *ñanderu* (lideranças religiosas) para nos orientar e proteger na luta pela recuperação definitiva dos *tekoha Takuaraty/Yvykuarusu, Jaguapiré e Pirakua* (BENITES, 2014: 190).

É fundamental enfatizar, a importância do ritual, conforme apresenta Tônico Benites (2012:171):

Nessas ocasiões e encontros específicos, os líderes religiosos explicam repetidamente que a realização simultânea de ritual religioso (*jeroky*) é fundamental para recuperar o diálogo com os seres invisíveis e os guardiões dos *tekoha* antigos. Estes seres são divindades supremas que pertencem ao cosmo (*yvaga*) Guarani e Kaiowá. Os *ñanderu* declaram que somente através do *jeroky* permanente é possível buscar essa comunicação, apoio e intervenção de seus parentes invisíveis e guardiões da terra, rio e floresta para recuperar e retomar os territórios tradicionais, que foram abandonados por conta da expulsão.

Ainda segundo Tônico Benites (2012), no decurso do ritual, os *ñanderu* permanecem rezando e cantando durante a madrugada, sacudindo os chocalhos (*mbaracá*), enquanto as *ñandesy* segurando o caule de taquara (*takuapu*) batem no chão. Após poucos dias antes do fim do ritual para o início da retomada, os participantes da equipe de frente integram-se no



ritual religioso (*jeroky*), permanecendo diante do altar sagrado (*yvy'iMarangatu*), para a elaboração do ritual de batismo (*mongarai*) para que os espíritos de seus ancestrais os projeta de todo o mal no decorrer da retomada territorial.

Após o consentimento dos guardiões espirituais dos territórios sagrados, são transmitidos às lideranças religiosas (*ñanderu* e *ñandesy*) no decorrer dos longos dias do ritual religioso (*jeroky*), (entremeados pelo canto e a reza), a mensagem para iniciar a caminhada de retomada. A liderança, recita palavras de orientações, como forma de avisar que a comunicação com os deuses e guardiões fora estabelecido e houve o consentimento da reocupação do *tekoha*, de acordo com o Tônico Benites (2012).

Novamente, como tal qual argumenta Benites (2012), a equipe de frente, juntamente com os demais Kaiowá, preparam seus corpos com as pinturas proveniente do colorau, denominado de urucum (*yruku*) e ornamentam o corpo simbolizando o respeito aos espíritos dos antepassados e aos guardiões (*ñanderyke'yoveravavyjara*). Portando o arco e a flecha, os homens seguem a frente proferindo o juramento de *reocupação* e enquanto as mulheres vão atrás carregando os objetos necessários para acampar e poder se alimentar, sem precisar se ausentar da área.

Para finalizar esta sintetizada abordagem a respeito de como se dá o movimento de reocupação, inteiramos que:

a entrada nos antigos *tekoha* sempre ocorreram após a última noite de ritual religioso. As pessoas se deslocam a pé em direção à terra antiga indicada, localizada a distância variável do local de partida, em geral, a partida é de uma reserva indígena ou de um acampamento [...]. Em todas as terras reocupadas é imediatamente construído um altar sagrado (*yvyra'i Marangatu*) pelos rezadores (Guarani e Kaiowá), onde são realizados com frequência rituais religiosos (*Jeroky*) e assembleias (*Aty*), sendo também um espaço de recepção de visitantes – indígenas (autoridades e apoiadores) (BENITES, 2014:192).

A caminhada em direção ao território sagrado deve acontecer pela madrugada para que as famílias não possam ser vistas, correndo risco de serem impedidas de concretizar esta manifestação que frisando representa um ato de esperança e conquista.

### 3 CONCLUSÃO

Para fins de entendimentos, a partir dos conceitos de territorialização, etnicidade e diacrítico utilizados foi apresentado a construção da luta dos Kaiowá em cooperação com os Guarani, como estão utilizando o espaço em que vivem, como se organizam e reivindicam os





espaços a partir dos sinais diacríticos (rituais) encarados enquanto forma de resistência para regressar aos *tekoha* sagrado, e também porque representa a sua forma de pressionar o Ministério da Justiça e a Funai (Fundação Nacional do Índio), estes dois importantes órgãos para agilizarem nos documentos necessários para se realizar a demarcação territorial.

Deve-se respaldar também como esses movimentos sociais estão construídos pela união dos âmbitos políticos e religiosos. Pois, no decorrer deste trabalho percebe-se que a valorização dos papéis das lideranças políticas e principalmente das lideranças religiosas que se encontram caminhando lado a lado para a concretização da reocupação dos territórios sagrados.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BENITES, Tônico. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais *tekoha* guasu. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n. 2, jul. – dez. p. 165 – 174, 2012.

BENITES, Tônico. *Rojekory hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)*: o movimento histórico dos *Aty Guasu* dos *Avá Kaiowá* e dos *Ava Guarani* pela recuperação de seus *tekoha*. Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra**: presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis: EdUSFC; Chapecó: Argos, 2010.

COLMAN, Rosa Sebastiana; BRAND, Antonio Jacó. **Considerações sobre território para os Kaiowá e Guarani**. *Tellus*, Campo Grande: UCDB, v. 8, n. 15, p. 153-174, jul. /dez. 2008.

CRESPE, Aline. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá**: Do *Tekoha* à Reserva, do *Tekoharã* ao *Tekoha*. Tese do Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2015.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. *Textos de História*, v.2, n.4, Brasília, 2002.

MURA, Fabio. **À procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Rio Janeiro: UFRJ /MN/ PPGAS, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; [Brasília – DF] MCT/CNPq, 1988.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Ação Indigenista e utopia milenarista – As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, B. & RAMOS, Alcida Rita. (Orgs). Pacificando o Branco: Cosmologias no contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP, 2002. pp.277-303. 125 | **Revista de Antropologia** – Ano 4 – Volume 5.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social kaiowá**. Dissertação (mestrado) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n.1 – UFGD – Dourados Jan/Jun 2007.

PEREIRA, Levi Marques. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n.2, jul.-dez., p.165-174, 2012.

PEREIRA, Levi Marques. **A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indigenista de Dourados, MS**. In: Metamorfoses do rural contemporâneo. 36º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – Minas Gerais, 2014.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da “aldeia”**: Território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese de doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, 2007.